

Globalização e integração regional: a importância das redes sociais nacionais, regionais, internacionais e transnacionais

Globalization and regional integration: the importance of national, regional, international and transnational social networks

RESUMO

Este artigo se propõe a relacionar, do ponto de vista do conceito de sistema-mundo moderno de Wallerstein e da teoria de processo político de Tarrow e Tilly, a questão da integração regional latino-americana como um dos desdobramentos políticos do processo de globalização do mercado, controlado pelas grandes corporações dos Estados centrais, que possibilitou às redes sociais heterogêneas a percepção de uma abertura de oportunidade e ameaça política que as conduziu pelas múltiplas trajetórias da transnacionalidade. A abordagem metodológica utilizada é qualitativa e histórica.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema-mundo, Aliança Social Continental, redes transnacionais.

ABSTRACT

The aim of this paper is to connect, since the viewpoint of the concept of modern world system of Wallerstein and the theory of political process of Tarrow and Tilly, the question of Latin America regional integration as one of the political event within the framework of the globalization of markets. This process, controlled by big corporations from central countries, makes possible the perception of a field of opportunity and, at the same time, a political risk which derived into the multiple trajectories of transnationality. The methodological approach is qualitative and historical.

KEY WORDS: World system, Continental Social Alliance, Transnational networks.

Fecha de recepción: 28 de junio de 2016

Fecha de aceptación: 5 de septiembre de 2016

Globalização e integração regional: a importância das redes sociais nacionais, regionais, internacionais e transnacionais*

Edélcio Vigna**

“A descoberta de que a terra se tornou mundo, de que o globo não é mais uma figura astronômica, e sim o território no qual todos se encontram relacionados e atrelados, diferenciados e antagônicos – essa descoberta surpreende, encanta e atemoriza”.

Octávio Ianni, 1995:13.

Introdução

Esse temeroso encantamento de Ianni é uma percepção concreta, ou seja, “é o fundo sobre o qual todos os atos se destacam e a percepção é pressuposta por eles” (Merleau-Ponty, 1999:06). As interações entre os fatos materiais e imateriais vão continuamente se desdobrando na medida em que o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista vai reinventando as formas de apropriação de acordo com a divisão internacional do trabalho e a expansão das forças produtivas em um cenário globalizado (Dobb, 1977:72). O capitalismo promove e é promovido pela contínua revolução tecnológica, cujo impacto sobre a forma de produção, distribuição e consumo, é associado aos saltos qualitativos na área da comunicação e informação. Esse desenvolvimento do capitalismo reinventa novas fronteiras e redesenha o mapa mundial sem dissolver os Estados nacionais. Os Estados nacionais continuam, nesta composição do sistema-mundo contemporâneo “a serem os atores fundamentais da realidade em que vivemos”, de acordo com Carlos Eduardo Martins (2001:17). Essa capacidade das forças sociais capitalistas de articular mecanismos hegemônicos sem necessariamente destruir o modo de produção e as culturas tradicionais facilita a sua expansão que vai se impondo por meio do aumento da escala de produção junto ao mercado internacional. O capital, ao se impor em todas as dimensões, repagina o mapa mundial do final do século XX ao desbaratar os impérios coloniais e abrir espaços para novas formas de exploração, que começam a se consolidar no século XXI. A nova configuração do mercado econômico global e os processos de internacionalização do capital estabelece novo marco de regulação do mercado internacional, que tem como base os tratados de livre comércio (TLC) e os blocos de integração regional.

O desmantelamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URRS), durante a Era Gorbachev (1985-1991), foi um dos fatores que legitimou e reforçou a expansão do mercado internacional de capital e de bens de consumo, locus original das multinacionais, fundos de pensões e os “abutres” ou “*hedgefunds*” - organizações privadas que adquirem títulos de dívidas dos países semiperiféricos ou periféricos para ganhar lucros exorbitantes (Mohamadieh, 2015¹). Essa reorganização leva os países não centrais a esforçarem para constituir projetos de blocos econômicos, como forma de atuação conjunta e necessidade de

* Artigo elaborado no Programa de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC). História das Américas II, ministrado pelo Dr. Prof. Jacques Novion (2014) e revisado em 2016.

** Doutorando no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC), vinculado ao Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Brasília (UnB).

¹ “A Corte Suprema dos Estados Unidos confirmou a decisão do tribunal de Nova York no caso da NML Capital contra a Argentina, que a organização bloqueia a capacidade do país de cumprir com os pagamentos de sua dívida renegociada” (artigo de Mohamadieh, publicado na Carta Maior em 09/04/2015).

sobrevivência diante da nova estrutura do sistema econômico mundial. A constituição de blocos econômicos nas áreas periféricas não se produz de forma independente, mas sob a constante ameaça do hegemón², que emprega todos os mecanismos para que a área, mesmo constituída em bloco, continue sob sua tutela econômica e militar, até que os Estados Unidos consiga estabelecer um tratado único de livre comércio, como foi proposto pela ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) que era um projeto de bloco econômico continental – cuja proposta era reunir os países da América, tanto do sul, central e do norte – ou o Acordo do Pacífico, também conhecido como Tratado de Livre Comércio Transpacífico (Trans-Pacific Partnership Agreement-TPP, em inglês), proposto recentemente. O TPP é considerado o mais amplo acordo de liberalização do comércio - as iniciativas vêm sendo chamadas de “mega-acordos regionais”-, que poderá resultar no maior bloco econômico da história. Atualmente integram o TPP os seguintes países: Estados Unidos, Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru, Cingapura e Vietnã (Carneiro, 2014:60).

O MERCOSUL, por exemplo, visto pelo hegemón como um bloco que compromete a integração continental por ser bloco sub-regional, tem se fortalecido pelas janelas de oportunidades políticas que se abrem quando o hegemón está em crise ou em franco progresso, o que o levam a relaxar o domínio sobre as áreas semi e periféricas. Para Tarrow o “concepto de oportunidad política pone el énfasis en los recursos exteriores al grupo - al contrario que el dinero o el poder -, que pueden ser explotados incluso por luchadores débiles o desorganizados” (Tarrow 1994:50).

Blocos econômicos de integração regional e Tratados de Livre Comércio

A União Europeia, modelo neoliberal de bloco econômico ideal para os novos atores do mercado internacional, teve suas origens em 1958, se consolidou em 1993 e entrou em vigor em 2009 (cinquenta e um anos depois), com o Tratado de Lisboa. As tratativas para firmar o Nafta (North American Free Trade Agreement) iniciaram em 1988 e só foram se efetivar em 1991, entre os Estados Unidos, Canadá e México. Os países latino-americanos, desde 1960, vinham estabelecendo associações que serviram como embrião de um mercado econômico regional que se consolidou em 1991, com o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL³). A Comunidade Andina de Nações (CAN⁴) nasceu em 1969, por meio do Acordo de Cartagena (Art. 5. Se crea la “Comunidad Andina ...”), mas até 1996 era conhecida por Pacto Andino. No continente asiático foram criados dois blocos a Associação de Nações do Sudeste Asiático-ASEAN (1967) e a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico-APEC (1993), com a participação dos EUA. Esse processo de criação de blocos econômicos após a segunda guerra mundial vem confirmar a tese de que os países semi ou periféricos tiveram que se adaptar ou resistir à nova divisão internacional do trabalho.

Diante da nova forma de estruturação do mercado internacional legitimada pelos organismos e instituições financeiras internacionais, que significava a hegemonia da política econômica neoliberal, os ideólogos do neoliberalismo afirmam o fim da luta de classes ou o

² “Nada de essencial do mundo contemporâneo pode ser explicado sem uma compreensão minimamente adequada da hegemonia norte-americana, tal foi a forma com que essa hegemonia ganhou centralidade depois da desapareção do “campo socialista” no mundo” (Sader, 2005:15).

³ Em 1991, foi assinado o Tratado de Assunção e ao Brasil e Argentina se somaram o Uruguai e Paraguai, para constituir o MERCOSUL.

⁴ “La Integración Integral es el nuevo y vigente paradigma de la integración andina. Constituye una respuesta al actual contexto internacional, caracterizado por la existencia de modelos de desarrollo diversos, apertura a un mundo multipolar, y el dinamismo de nuevos actores, temas y lógicas organizativas” (<http://www.comunidadandina.org/index.aspx>).

“fim da História” – “Yo creo que en el fondo sigo teniendo razón” (Fukuyama, 1989:54). Por outro lado, alguns especialistas interpretam que a globalização é um processo que se contrapõe ao sistema capitalista ao mobilizar conjunto de forças sociais, culturais e econômicas cujo capitalismo não pode absorver sem abrir uma série estruturas de oportunidades políticas para a intervenção das forças sociais organizadas e transformadoras (Martins, 2011, Tarrow, 1994, Tilly, 1977).

Os movimentos de integração regional na América do Sul ganha corpo com o fortalecimento do MERCOSUL e a constituição da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL/2010), fundada dentro dos princípios de integração sul-americana multi-setorial. Segundo Elizabeth Jelin os processos de construção do MERCOSUL levaram a uma nova forma de enquadramento das negociações e acordos “entre diversos actores y agentes sociales” (Jelin, 2003:31). Paradoxalmente o pensamento que alimentou a construção da integração regional sul-americana não foi o da esquerda, mas o das multinacionais, apoiadas por agências governamentais e por programas das organizações multilaterais (FMI, BID e BM). A integração econômica é um investimento político e financeiro interestatal que requer recursos significativos que a economia privada ou as organizações não governamentais (Ongs) não dispõe alocar e no qual a participação da sociedade civil se restringiu, por um período, a ter apenas um caráter consultivo. Somente no final da década de 1990 é que algumas centrais sindicais abriram alguns canais de diálogo com as comissões do PARLASUL e as redes sociais de Ongs, organizações identitárias e trabalhistas, iniciaram a pressão por maiores espaços de participação. Esses novos atores não são bem vistos pelas grandes corporações cujo interesse é manter o esquema de exploração da mão-de-obra dos trabalhadores latino-americanos. A proposta desses agentes econômico-estatais não leva a uma integração sociocultural, mas a preocupação de garantir espaços comerciais que mantenham a clássica divisão internacional do trabalho. Ruy Mauro Marini afirma que a América Latina cumpre a função no desenvolvimento do capitalismo de área com capacidade de ofertar alimentos em escala mundial – condição necessária para sua integração à economia internacional – no sentido de contribuir para a ampliação do mercado de matérias primas (vegetais e minerais) em função do desenvolvimento industrial (Marini, 1973:4).

Essa trajetória dos países e blocos latino-americanos em se integrarem no mercado internacional somente pelo nível do comércio além de ser economicamente prejudicial, não leva a integração regional ou continental. O termo integrar possui uma noção intrínseca de equidade entre as partes integrantes. Por isso, o conceito de integração econômica demanda mais que a abertura de mercado, subentende a conciliação de políticas macroeconômicas, políticas de inversão, níveis salariais, entre outros (Jelin, 2003:33). Von Bülow define “múltiplas trajetórias para a transnacionalidade” como “um processo pelo qual indivíduos, grupos e/ou organizações não estatais se mobilizam em torno a objetivos e alvos comuns, atuando simultaneamente dentro e fora das fronteiras nacionais” (Von Bülow, 2009:143). Creio que a variedade de trajetória que as organizações sociais têm para a ação internacional, apesar de ser diferente dos caminhos que os Estados ou os Blocos econômicos podem adotar por suas características específicas, pode ser ampliada para a análise das opções adotadas por estas e outras instituições.

Diante de economias nacionais e sociedades civis débeis os países centrais, apoiados pelas IFIs, setores das elites nacionais e da mídia conservadora, que atua como um ator político sustenta a expansão capitalista apoiando regimes ditatoriais que se estabeleceram nos países latino-americanos nas décadas de 60 e 70. A sustentação dos regimes de exceção

revelava a face contraditória da política externa do capitalismo ocidental conduzido pelos Estados Unidos, que por um lado, patrocinava as ditaduras em seu espaço geopolítico, por outro rejeitava os regimes políticos em vigor na URSS, China, Vietnã do Norte e em outros países, de orientação socialista ou comunista. No início dos anos de 1980, o neoliberalismo se consolida na América do Sul em consonância com a redemocratização e com o refluxo de alguns intelectuais que aceitam o argumento de que o paradigma socialista e o marxista não respondem às questões colocadas pela sociedade contemporânea.

As décadas finais do século XX, a democratização dos anos de 1980 e a globalização dos anos de 1990, marcaram um tempo transicional de crise nos quais se observa um processo acelerado de urbanização, concentração da terra e a emergência da política contra terrorismo. A internacionalização dos conflitos e interesses demarcam alguns países e regiões que integrariam o “eixo do mal”, na infeliz declaração de George W. Bush, e coloca em alerta os países e as sociedades sobre quais das múltiplas trajetórias para a transnacionalidade pretendem escolher.

Blocos econômicos de integração regional, TLCs e movimentos sociais

A década final do século XX, denominada de “década perdida”⁵ pela mídia conservadora, foi um tempo em que as lutas sociais se reavivaram e se irradiaram como em poucas épocas na história, em especial a do Brasil. Do ponto de vista econômico os anos de 1980 foram inexpressivos, pois houve uma queda geral na economia desde o PIB, a produção industrial, o poder de compra dos salários, o nível de emprego, o balanço de pagamentos. Somente a inflação aumentou. Do ponto de vista político tem-se uma “década ganha”, pois a emergência de organizações e movimentos sociais populares rompeu com o elitismo processual da política ao abrir uma nova fase histórica para o país.

O espaço regional latino-americano foi sendo apropriado pelas organizações sociais por meios de formação de fóruns, redes nacionais e ampliação dos intercâmbios. Para o intelectual e ativista político brasileiro, Plínio de Arruda Sampaio, um dado positivo da década de 1980 foi o “surgimento do PT, ainda um grande impulsionador da luta popular” (Marangoni, 2012). O que deve ser ressaltado é que a crise econômica iniciada nos anos 70 provocou uma sucessão de mobilizações que os aparelhos repressivos do Estado, em plena ditadura, não puderam conter. Assim, os anos de 1980 marca o fim de um ciclo repressivo do Estado ao inviabilizar o projeto nacional-desenvolvimentista nos países da periferia. As lideranças sociais perceberam as oportunidades e as ameaças para avançar e promover, junto com os partidos políticos, a disputa entre dois projetos de nação. Para o economista João Pedro Stédile, fundador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), houve uma disputa política entre dois projetos na eleição de 1989: o programa democrático-popular, do PT e o programa neoliberal liderado por Collor de Mello (1990-1992), que se consolidou com a vitória de Fernando Henrique Cardoso, em 1994-2002 (Marangoni, 2012; Mallmann, 2008). A contraofensiva ao projeto neoliberal só foi possível com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), mesmo tendo havido em todas as eleições citadas uma aliança entre organizações, redes e movimentos sociais e a coligação partidária que apoiava Lula para presidente. McAdam e Tarrow (2011) destacam que a aliança entre atores sociais e partidos políticos é uma das características recorrentes nas aberturas ou fechamento de oportunidades políticas.

⁵ IPEA. Anos 1980, década perdida ou ganha? 2012. Ano 9 . Edição 72 - 15/06/2012. Ver: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2759:catid=28&Itemid=23. Acesso

McAdam e Tarrow afirmam que os partidos políticos e os movimentos sociais são mutuamente constitutivos, pois uma mudança na política institucionalizada pode ser resultado de um ciclo de movimentos sociais de contestação ou protesto; assim como a emergência de um movimento, como uma rede de organizações sociais, pode ocorrer tendo como pano de fundo a mudança em um sistema político institucionalizado (McAdam e Tarrow, 2011:20). Os autores apresentam dois exemplos significativos: o primeiro dispõe sobre o colapso da antiga União Soviética, que trata a aliança entre partidos políticos e movimentos de oposição democrática como indissociáveis (Beissinger, 2002 apud McAdam e Tarrow, 2011:21); o segundo exemplo trata dos movimentos sociais que protagonizaram as manifestações contra as fraudes nas eleições que derrubaram os regimes na Ucrânia, Geórgia e Quirguistão (McAdam e Tarrow, 2011:22). Nem sempre essa associação é possível e um dos principais fatores que dissociam os movimentos sociais dos partidos políticos é a proposta das organizações de atuar com maior ênfase na área social –atividades culturais, educacionais, controle orçamentário, defesa das minorias étnicas e vulnerabilizadas– do que no espaço institucionalizado da política ou do poder (McAdam e Tarrow, 2011:24).

Nos anos de 1990, o movimento social rural se expôs e marchou pelas estradas, fez caminhadas, romarias, ocupou as terras públicas e devolutas, ocupou órgãos públicos, bloqueou as estradas e as vias urbanas, levantou as barricadas⁶, fez ações de lobby em defesa da democracia e da cidadania participativa, por políticas de distribuição de renda, por direito ao trabalho e pela efetivação de direitos emancipatórios. Esse repertório adquirido por herança de gerações contestatórias anteriores é denominado pelo McTeam⁷ de repertório modular que “Centrado en unas pocas rutinas clave de confrontación, podía adaptarse a una serie de situaciones diferentes y sus elementos podían combinarse en grandes campañas de acción colectiva” (Tarrow, 1997:80). São bandeiras e símbolos culturais conhecidos que mobilizam as pessoas e estruturam as relações sociais em uma dada situação de confronto com o governo ou com as classes dominantes. Charles Tilly denomina o “repertório modular” de “repertorio moderno de ação coletiva” (Tarrow, 1997:28). Esse repertório utilizado pelo movimento social para defender o direito de ter direitos, já operado desde os protestos sociais dos anos sessenta, tanto nos EUA como na Europa, está sendo largamente utilizado na América do Sul e no Caribe.

As mobilizações sociais, em geral, têm sido defensivas ao se oporem aos efeitos negativos dos projetos neoliberais executados pelos governos sob a orientação do FMI e financiados pelas IFIs que, desde 1980, são respaldados pelos relatórios dos economistas do Consenso de Washington e partilhados pelas agências multilaterais, pelo FED, pelo Departamento de Estado dos EUA, pelos ministérios das finanças dos países do G-7 e pelos presidentes dos 20 maiores bancos internacionais. Para esses atores as causas da crise são o protecionismo, o excesso de regulação, a ineficientes e a incapacidade das empresas estatais de controlar o déficit público. Concluem, portanto, que os países semi e periféricos devem, em curto prazo, estabelecer o equilíbrio fiscal e a estabilização. E, em médio prazo, reduzir o tamanho do Estado, liberar o comércio internacional e diversificar as exportações. Essas terapias neoliberais, dos anos 80, deveriam ser aplicadas em um cenário sul-americano de

⁶ “En vísperas de la Revolución Francesa de 1848, la petición, el motín público, la manifestación y la barricada eran ya rutinas de acción colectiva perfectamente conocidas, y se empleaban para una serie de fines por diferentes combinaciones de agentes sociales” (Tarrow, 1997:72).

⁷ “Al final de los noventa McAdam, Tarrow y Tilly (ya para entonces el McTeam, como gustaban llamarse) llevaron a cabo un esfuerzo bien sustentado para repensar el paradigma del proceso político desde una perspectiva más dinámica y cultural” (Jasper, 2012:13).

inflação galopante, pois as projeções do FMI para 1988 indicavam uma inflação de 2.000% no Peru; 1.000% no Brasil; 560% na Argentina (Cardoso, 1989:24). O diagnóstico de Washington que indicou as políticas de contenção de gastos públicos, não prescreveu o caminho para a superação da dívida externa que continuou dragando a poupança pública, por meio dos juros e serviços da dívida externa e interna. Assim, o receituário aprofundou a crise dos países sul-americanos e abriu diversas perspectivas de oportunidades para a incidência do movimento social em dupla escala, nacional e internacional.

As atividades sociais em dupla escala⁸ foram sedimentadas pela evolução do modelo de produção capitalista que se globalizou rapidamente por meio do processo de revolução técnico-científico da comunicação e da informação. A necessidade do capital de consolidação do mercado internacional por meio da normatização impôs aos países semi e periféricos a formação de blocos econômicos como medida protetora de suas economias e de suas soberanias. Na América Latina - e em outras áreas periféricas - os países se organizaram regionalmente como estratégia de integração ao sistema-econômico demandada pelo mercado internacional globalizado, a fim de minimizar suas perdas⁹.

Alguns autores (Amin, 2001; Ribeiro y Escobar, 2008:22; Martins, 2013; Serbin, 2002:84; Riggirozzi, 2002:129; Castiglioni, 2013) argumentam que a formação de blocos de integração regional foi uma forma de reação diante da nova disposição do poder econômico que se instituiu, porém essa orientação explicativa não basta se não forem agregadas as exigências infraestruturais para o funcionamento da nova estruturação do mercado internacional. Por um lado, o sistema interamericano de comércio foi sendo institucionalizado e normatizado, por mais de um século, para contribuir com o estabelecimento da hegemonia estadunidense na região e, por outro, favoreceu algumas nações latino-americanas que se fortaleceram como “actores internacionales, construyeron su identidad internacional, y definieron una particular visión y praxis de la política exterior” (Sanahuja, 2012:22). Esta nova divisão internacional do trabalho, que colocou a União Europeia como padrão a ser seguido pelos blocos sul-americanos de integração regional, favoreceu também alguns países. Preciado identifica que países como o Brasil, por exemplo, projetam-se como semiperiferias com aspirações de potência global Sul-Norte e visualiza a Venezuela como uma semiperiferia anti-hegemônica capitaneada por uma ativa política internacional Sul-Sul (Preciado, 2008).

A criminalização dos movimentos sociais

A globalização, sob a hegemonia euro-norte-americana, recupera as arcaicas diretrizes da lei de segurança nacional que são recompostas em termos de segurança continental a partir das particularidades de cada nação latino-americanas e dos países do leste europeu. Neste contexto, a ameaça real está oculta e se mascara sob os diversos termos como anticomunismo, guerrilha, drogas, narcotráfico, imigração, terrorismo, entre outros. Os estudos apontam que:

Esa mudanza más que determinar otra etapa y otros enemigos, presenta una cuestión substancial: el vertimiento político, la desideologización del conflicto social y la pulverización de los temas de seguridad que abrieron, entre otras

⁸ “These strategies may be prioritarily targeted at various actors in different scales: some civil society organizations reach out to allies beyond national boundaries, launch campaigns and create coalitions, but others prioritize lobbying domestic institutions” (Von Bülow, 2008:2).

⁹ Blocos Regionais - Ásia: Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN- 1967) e a Associação de Cooperação Econômica do Pacífico (APEC- 1989). África: Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS- 1975); Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA- 1993). Leste-europeu: Comunidade de Estados Independentes (CEI-1991).

cosas, las puertas para la criminalización de los movimientos sociales siendo equiparados a grupos criminales y bandas delictivas (Novion, 2011:213).

Além de resignificar a questão da segurança continental o processo de globalização, por um lado, subverte ao acelerar o processo do capitalismo industrial moderno com a irrupção de novas técnicas de informação e comunicação, que revolucionam as plantas e as plataformas de montagens dos grandes parques industriais. A revolução tecnológica, por outro lado, traz consigo um maior controle das ações individuais e coletivas. Os aparelhos de segurança e informação nacional são acionados pelas elites sociais e políticas para transgredir os direitos de inviolabilidade da correspondência, do sigilo das comunicações, sem autorização judicial. Recorde-se o caso esdruxulo do Ministro da Fazenda do Brasil, Antônio Palocci, que foi demitido pelo presidente Lula por ter pedido a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa. No parlamento ações semelhantes tornaram-se rotineiras e foram largamente utilizadas pelos partidos conservadores contra lideranças sociais e sindicais que tiveram que enfrentar as comissões parlamentares de inquérito (CPI), instituídas contra diversos movimentos sociais e sindicais, como a CPI do Conselho Indigenista Missionário (CIMI); CPI do MST; CPI “das ONGs” e CPMI “da Terra”. Todas as investigações realizadas pelos congressistas não resultaram em nenhuma proposição legislativa ou em uma confirmação de ato ilegal por parte das lideranças, das organizações e dos movimentos sociais, mas serviram para difundir entre os setores da população menos informados a desconfiança nestas organizações, por meio da mídia. Outra tentativa de atacar os movimentos sociais foi o projeto de lei do senador do PSDB-SP, Aloysio Nunes Ferreira, que enquadrava as manifestações individuais ou coletivas durante atos políticos, movimentos sociais, sindicais, religiosos, de classe ou categoria profissional como ato de terrorismo. A Câmara dos Deputados, mesmo de maioria conservadora, só aprovou o PL depois de ser acrescentado ao Art. 2º o § 2º, que sustenta que o:

Disposto neste artigo não se aplica à conduta individual ou coletiva de pessoas em manifestações políticas, movimentos sociais, sindicais, religiosos, de classe ou de categoria profissional, direcionados por propósitos sociais ou reivindicatórios, visando a contestar, criticar, protestar ou apoiar, com o objetivo de defender direitos, garantias e liberdades constitucionais, sem prejuízo da tipificação penal contida em lei (PL N° 2.016/2015).

Consenso de Washington e as redes de organizações sociais latino-americanas

É no contexto de rearticulação internacional do capital que as propostas de integração regional e sub-regional são colocadas na mesa de negociação das nações latino-americanas. As instituições econômicas norte-americanas aproveitaram a estrutura de oportunidade política global para propor políticas macroeconômicas para as economias semi e periféricas que se encontravam presas ao ciclo da dívida pública.

A mídia conservadora e alguns setores da academia alinharam-se ao projeto do hegemón e passaram a considerar os países não alinhados como “atrasados”, que obstaculizavam a modernidade. Por outro lado, a reação de setores sindicais, movimentos populares e das organizações não governamentais às propostas de reajuste neoliberal ganhou corpo no Brasil no final dos anos 90, quando a publicação dos Documentos [*Secretos*] de Estratégia de Assistência ao País (CAS do Banco Mundial) e o Documento de País (CP do Banco Interamericano de Desenvolvimento) chegaram ao conhecimento das grandes organizações sociais. Estes documentos “descrevem a estratégia de cada banco para os

empréstimos que serão concedidos ao país, contendo também os planos para os dois tipos de operações de empréstimos: ajuste estrutural e projetos de investimentos” (Vianna Jr. 1998). Depois desses documentos o Banco Mundial publicou o “Trade Policy in Brazil: the Case for Reform”, que recomendava a inserção internacional do país por meio da agricultura de exportação ou do agrobusiness. Essa recomendação “moderna” sugeria pauta de exportação se restringisse a produtos primários e que o processo industrial brasileiro retrocedesse ao século XIX.

A baixa reação dos Estados e das elites latino-americanas permitiu ao governo norte-americano avançar e propor a Iniciativa Bush ou Iniciativa para as Américas, que se resumia na criação de uma Área Hemisférica de Livre Comércio (ALCA) a ser construída por meio de acordos bilaterais. Paulo Batista Nogueira recorda que há um século antes, em 1890, “os países da região recusaram a proposta norte-americana de formação de União Aduaneira das Américas” (Nogueira, 1994:8). Essa recusa limitou as conclusões da “1ª Conferência Panamericana à criação de um Escritório Comercial das Repúblicas Americanas, embrião da União Panamericana e de sua sucessora, a atual Organização dos Estados Americanos” (Nogueira, 1994:8). A efetivação do tratado de livre comércio (NAFTA), entre Canadá, México e Estados Unidos, em 1994, estimulou alguns governos latino-americanos a se associarem a proposta da ALCA. O governo brasileiro não endossou o tratado devido à reação dos setores agroexportadores, ameaçados pela concorrência norte-americana que subsidia pesadamente a agricultura, e dos setores manufatureiros que têm no MERCOSUL sua área preferencial de exportação.

A globalização econômica ao pressionar pela regulamentação do mercado internacional a favor dos países centrais contradiz, em termos, o receituário neoliberal. Diante da situação de abertura de oportunidades e ameaças diversas Ong’s, movimentos populares e sindicais iniciaram uma reação em cadeia a fim de demonstrar aos Estados e as sociedades os prejuízos financeiros e culturais que se ocultam sob as linhas da modernidade do Consenso de Washington. As organizações da sociedade civil se mobilizaram e promoveram intercâmbios, conferências e reuniões, que definiram uma agenda coletiva e um repertório de mobilizações que permitiu a formação de redes nacionais contra o neoliberalismo e os tratados bilaterais propostos pelos Estados Unidos, em especial contra a criação ALCA. No Brasil foi criada a Rede Brasileira de Integração dos Povos (REBRIP), na Colômbia foi criada a Red Colombiana de Acción Frente al Libre Comercio y el ALCA (RECALCA) e no México criou-se a Red Mexicana de Acción Frente al Libre Comercio (RMALC), entre outras que se coordenaram com os capítulos nacionais da Aliança Social Continental (ASC), com fins de influenciar as negociações de comércio internacional e os processos de integração regional.

As novas plataformas de comunicação e informação possibilitaram o rápido contato entre as diversas redes sociais nacionais e internacionais, que expressavam as mesmas preocupações diante do avanço da ALCA em todo continente. A criação das redes digitais de base microeletrônica levaram a comunicação e a informação ultrapassar as fronteiras político-geográficas (Castells, 2005:17). O intercâmbio criou condições para que os setores da sociedade civil e da academia discutissem uma agenda contra-hegemônica frente as propostas de aprofundamento à dependência aos Estados Unidos. As edições do Fórum Social Mundial a partir de 2001, as Cumbres de los Pueblos, promovidas pela ASC, as Cúpulas Social do MERCOSUL, construídas como um espaço de diálogo entre governos e a sociedade civil, constituíram-se como territórios de resistência às propostas neoliberais promovendo passeatas multitemáticas pelas principais ruas das cidades anfitriãs das reuniões oficiais da ALCA e da OMC. Em 2002, foi realizado no Brasil o Plebiscito da ALCA e 98,35% dos votantes

disseram “Não” a ALCA. Dizer “Não” a ALCA significava dizer “Sim” para outros modelos de integração regional, que se apresentavam mais aberto a participação e que propunham uma integração sociocultural mais acentuada que a que preconizavam os acordos centrados no econômico e no financeiro.

Geopolítica das Organizações da Sociedade Civil

A globalização abriu uma estrutura de oportunidade e ameaças políticas que gerou novas formas e repertórios de mobilizações e de disputas entre a sociedade civil e as empresas multinacionais, as instituições internacionais e o Estado nacional. Como nenhuma destas instituições são absolutamente homogêneas há departamentos setoriais que às vezes colaboram com as propostas das organizações sociais. Os embates que ocorreram durante as reuniões entre setores sociais e governamentais, que carregavam interesses diferenciados, é um processo silencioso e que invariavelmente produz baixas entre os setores sociais menos capitalizados, que são excluídos destes *meetings*, em geral por não dominarem o idioma inglês. Não há nestes casos uma traição de classe, que soa como uma crítica radical, mas a aceitação, por parte de representantes sociais, de uma proposição que estendeu até o seu limite.

As oportunidades e ameaças conjunturais tendem, no jogo político, a se transformarem em conflitos que se propagam regionalmente e se prolongam por tanto tempo que se tornam “*territórios em situação de guerra*” (Ceceña, 2014). A Guerra da Água de Cochabamba, os Piqueteros da Argentina, os confrontos urbanos e rurais no Brasil, a guerrilha na Colômbia, são exemplos de situações conflitivas. Em períodos anteriores o sistema de segurança continental norte-americano, que prioriza a presença direta das forças armadas, está utilizando mecanismos mais sutis de intervenção, que contam com a conivência de setores das elites e dos parlamentos nacionais. A intervenção econômica tem se mostrado como uma forma mais eficiente e eficaz de domínio dos Estados nacionais pelo hegemón. O domínio econômico depende de alterações nas normas de mercado para que o capital possa se reproduzir por meio dos TLCs ou de empréstimos oferecidos pelas IFIs aos Estados nacionais. O domínio econômico projeta espaços geopolíticos de poder que desenha os corredores geográficos e militares que garantem a área de segurança dos Estados Unidos. Ana Esther Ceceña acentua que o:

Corredor que marca una línea divisoria entre los países agrupados en el ALBA o las organizaciones regionales en resistencia frente a las políticas hegemónicas, y marca la ruta de la Alianza del Pacífico o del Tratado Transpacífico que hace recordar al legendario ALCA pero reforzado con una coraza militarizada (Ceceña, 2014:7).

As mudanças na ordem global, movidas por interesses dos países centrais, arquitetaram uma conjuntura marcada por mobilizações sociais, que se propõem a construir uma sociedade pós-capitalista a partir de uma visão descolonizadora¹⁰, com espaços de integração social com ampla participação popular, representação direta nas diversas estruturas do Estado e das instituições de integração regional. Setores paradigmáticos da sociedade como os camponeses e os indígenas se organizam para defender seus direitos territoriais, desafiar as elites latifundiárias e o aparelho repressivo do sistema. Setores sociais conservadoras e a direita partidarizada reagem com violência e mobilizam as forças legais e

¹⁰ “Decolonial es el concepto que toma el lugar, en otra genealogía de pensamiento (...), del concepto “crítico” en el pensamiento moderno de disenso en Europa” (Mignolo, 2007:26).

as ilegais para impedir qualquer ameaça ao *status quo*. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) publicou o Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil Dados de 2014, denunciando que no mesmo ano ocorreram 135 suicídios, sendo a maioria praticada por jovens. Só no Estado de Mato Grosso do Sul chega-se a 707 suicídios (2000 a 2014). Os dados oficiais indicam a ocorrência de pelo menos 785 mortes de crianças de 0 a 5 anos (Rangel e Liebgott, 2014:17).

Para combater e denunciar internacionalmente as violações de direitos humanos constituídos e as ameaças embutidas nos TLCs a Rebrip, além de casos empíricos apresentados perante o Tribunal Permanente dos Povos (TPP), promoveu encontros de representantes com redes de cinco continentes. Estes encontros, estimulados por Ongs estadunidense, europeias, resultaram na criação da rede social transnacional “Nosso Mundo não está à Venda” (Our World is not for Sale – OWINFS). A OWINFS, rede transnacional que agrega movimentos e organizações sociais para combater os acordos de livre comércio e inversões, promove ações contra a globalização orientada pelas multinacionais. Essa nova forma de rede social transnacional altera a estrutura tradicional do associativismo em relação aos Estados ao criar novas representações e mobilizações coletivas centradas mais em vínculos socioeconômicos do que em relações político-partidárias ou ideológicas (Gohn, 2013:12). As propostas da Rebrip encampadas pela OWINFS e apresentadas nas reuniões da Organização Mundial do Comércio buscavam garantir instrumentos de salvaguardas e barreiras de proteção aos setores produtivos rurais e urbanos de pequeno porte, que não têm escala de produção. É importante ressaltar que os negociadores oficiais de comércio internacional são, em geral, agressivos com as redes sociais que aportam novas perspectivas, porque o ambiente institucional de negociação não permite que se questione a irracionalidade econômica do sistema capitalista.

A Emergência das Redes Transnacionais

No início da década de 2000, as redes sociais transnacionais emergiram com força no cenário internacional estimulando os setores progressistas da sociedade civil a pensar em um novo modelo de Estado que compartilhe certas áreas de decisão com as representações sociais coletivas, que não trazem características partidárias ou de interesse privado. Há uma diferença entre “pressão social” (*advocacy*) e lobby empresarial na medida em que aqueles o fazem em nome da comunidade sem intenção primeira de lucros ou benesses. É justo que quando um coletivo, como o GT Agricultura da Rebrip, defende os pequenos proprietários produtores de leite de uma multinacional como a Nestlé, está defendendo que os agricultores familiares partilhem dos lucros no final da cadeia de produção e não sejam superexplorados. Essa percepção é axiomática entre a diplomacia oficial. As relações de confiança entre a maioria dos negociadores e os representantes de organizações sociais demonstram aprovação para as ações promovidas em nome de setores menos privilegiados da sociedade. Alberto Melucci enfatiza que os laços de amizade ou confiança entre membros importantes de diferentes organizações constroem uma “rede latente” ou “submersa” (Melucci apud Abers e Von Bülow, 2011:75). Ao entregar crachás que permitem as organizações integrarem as delegações diplomáticas nacionais atribui-se igualmente um reconhecimento e uma legitimidade àquela representação. Essa representação, denominados por Flávia Barros de “diplomacia civil”, que se relaciona com a diplomacia oficial e com os negociadores internacionais (Barros, 2011: 317), tem acesso a certos espaços de negociação que nenhuma outra organização pode ocupar. Os crachás oficiais permitem que os representantes sociais transitem nos espaços de negociação e nas mobilizações de protesto, que se concentram em locais estratégicos.

Esses representantes se transformam em verdadeiros intermediários ou *brokers*¹¹. Com estes *broker* as “últimas notícias” correm de dentro para fora do local de reunião e são informadas ao coletivo nas concentrações de rua. Em reuniões menores as lideranças das redes definem as novas estratégias a partir das informações obtidas, esta flexibilidade – estar dentro e fora ao mesmo tempo – podem desnortear os aparatos repressivos e de segurança. Muitas vezes o diplomata-negociador utiliza esses *brokers* para repassar uma notícia que o cargo não lhe permite e, assim, os intermediários sociais suprem a mídia internacional com declarações e mantem à tensão do jogo de posições entre os países ou os blocos. As redes sociais, por seu lado, aproveitam as tensões e criam oportunidades para intervenções que favoreçam suas posições.

Entre os diversos grupos de países agregados durante as negociações da OMC, por exemplo, foram perdendo foco, o único que mantém alguma expressão é o G20. Adriano Campolina observa que o G20 “tem potencialidades para afetar as negociações nas demais áreas da OMC em futuro próximo, bem como poderá ir além da OMC afetando outros espaços da política internacional”, porém com o crescimento das forças partidárias e sociais de direita no Brasil e na América Latina esta projeção poderá perder sua previsibilidade (Campolina, 2004:134).

As redes sociais regionais e transnacionais no sistema capitalista contemporâneo incorporaram o paradoxo de só atuarem em um cenário de forte negociação neoliberal. Sem o pano de fundo da liberação econômica e comercial as redes sociais definham ou hibernam, por mais que tenham contribuído para algumas alterações na estrutura de comportamento do mercado internacional. As demandas e as denúncias das organizações sociais pouco afetaram a couraça protetora da OMC, mas algumas vezes fizeram-na se mexer. Porém, as grandes corporações multinacionais desenham e redesenham as normas do mercado impondo um continuum que repagina a geopolítica mundial e o sistema-mundo contemporâneo, que rege o Estado, a sociedade e o mercado.

Considerações Finais

A intenção deste artigo foi historiar e ressaltar a importância da expansão global do sistema-mundo contemporâneo, que tornou hegemônico o modo de produção capitalista após a crise da URSS e alterou as relações entre Estado-sociedade-mercado. As organizações sociais para aproveitar as oportunidades e as ameaças da nova conjuntura tiveram que se reestruturar, adotar novas identidades, reaproveitar e criar novos repertórios de mobilização. Estes repertórios podem ser associados a performances que se “inovam a partir dos repertórios herdados e, em geral, incorporam formas ritualizadas de ação coletiva” (McAdam et al, 2005:53). Esta nova disposição da representação da sociedade civil perturbou as relações tradicionais entre o Estado, a sociedade civil, as instituições internacionais e o mercado.

O discurso único do neoliberalismo econômico colocou o mercado como regulador das relações entre os Estados e entre os Estados e as sociedades. O novo tipo de liberalismo econômico, cuja base ideológica é o discurso neoliberal, permitiu que os Estados ocidentais

¹¹ “In an article published in 1982, Peter Marsden identified brokerage as a key mechanism in explaining power relations in social networks, “by which intermediary actors facilitate transactions between other actors lacking access to or trust in one another” (Marsden 1982: 202 apud Von Bülow, 2010:2).

centrais refinassem suas formas de dominação ao criar instituições que aparentemente minimizavam as tensões entre o centro, a semi e a periferia do sistema-mundo.

A vida do sistema-mundo, segundo com Wallerstein “é feita das forças conflitantes, que o mantém unido pela tensão e cada grupo procura eternamente separá-lo para remodelá-lo para sua vantagem¹²” (Wallerstein, 1976:1). A criação de instituições como o Banco Mundial, o FMI e a OMC vêm servir aos interesses dos países centrais, que se apropriam das presidências e das áreas decisórias dessas instituições. Gramsci já alertava que “cada nación importante puede tender a dar un sustrato económico organizado a su propia hegemonía política sobre las naciones que le están subordinadas” (Gramsci, 1999:294).

As multinacionais, além de se favorecerem da proteção dos países de origem e se colocarem em posições mais favoráveis para explorar o mercado, agem com voracidade e, como o mercado internacional não tem ética, saqueiam as economias dos países semi e periféricos por meio de relações comerciais desiguais.

As organizações sociais, rurais e urbanas, agrupam-se em redes sociais heterogêneas e se integram a movimentos internacionais, como a Via Campesina ou a Aliança Social Continental para reagir diante do avanço das grandes corporações. O mercado mundial se transformou em mercado global, que ao se apropriar da revolução eletrônica criou mercados virtuais e transformou produtos primários, inclusive os alimentícios, em *commodities*, impondo uma nova divisão internacional do trabalho. Essa imposição reduziu o Sul Global¹³ a mero produtor de matérias primas, cujo valor não agrega os recursos naturais embutidos aos produtos. O Brasil é um grande exportador de água virtual, ou seja, “comércio indireto da água que está embutida em certos produtos, especialmente as *commodities* agrícolas” (Carmo, et al. 2007 :84). Neste contexto, a agricultura familiar e camponesa tem sido o setor mais prejudicado pelas importações de produtos alimentícios básicos industrializados, além de ser submetida a compras casadas de sementes com agrotóxicos e defensivos agrícolas.

O caminho da internacionalização adotado pelas organizações e movimentos sociais e sindicais tem sido o da defesa de direitos e pela integração regional via MERCOSUL. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) demandado pelo GT Agricultura da Rebrip propôs ao MERCOSUL a criação da Reunião Especializada de Agricultura Familiar (REAF), ao ser aprovada a proposta foram instituídas Seções Nacionais nos Estados Partes, com a participação das organizações sociais, sindicatos, movimentos identitários e geracionais. O GT Agricultura estabeleceu uma forte parceria com o MDA, que criou uma Assessoria Internacional para assegurar o diálogo sobre as negociações que ocorriam na OMC. Esta incidência da Rebrip forçou a criação de uma Mesa de Diálogo no Ministério das Relações Exteriores onde as organizações sociais eram informadas sobre as posições do Brasil nas negociações do TLC entre o MERCOSUL-União Europeia e a política externa adotada junto a OMC. A parceria entre Governo e sociedade civil se mostrou produtiva, pois associou a competência do primeiro ator em fornecer dados oficiais com a força de mobilização do segundo. As organizações sociais foram superando o protesto ideológico para entrar no campo das propostas concretas.

¹² No original: “Its life is made up of the conflicting forces which hold it together by tension and tear it apart as each group seeks eternally to remold it to its advantage” (Wallerstein, 1976:1).

¹³ “O projeto de uma epistemologia do Sul é indissociável de um contexto histórico em que emergem com particular visibilidade e vigor os novos atores do Sul Global, sujeitos coletivos de outras formas de saber e de conhecimento que, a partir do cânone epistemológico ocidental, foram ignorados, silenciados, marginalizados, desqualificados ou simplesmente eliminados, vítimas de epistemicídios tantas vezes perpetrados em nome da Razão, das Luzes e do Progresso” (Nunes, 2009:233).

A atuação das redes sociais pela integração regional foi intensa durante quinze anos (1990-2005), mas depois do bloqueio das negociações da OMC na Conferência Ministerial de Hong Kong, em 2005, houve um refluxo devido à exaustão da militância e a diminuição de recursos da cooperação internacional, que elegeu novos temas. Um terceiro fator decorreu da baixa prioridade que as principais organizações e movimentos sociais passaram atribuir às negociações internacionais ao avaliarem que eram pouco conclusivas e prejudicavam o trabalho de base e as negociações sindicais específicas. Com a baixa participação dos sindicatos e dos movimentos de base, as Ongs retornaram aos seus projetos específicos.

A força do sistema neoliberal, mesmo em crise, desmobilizou as redes sociais, fragmentou as esquerdas latino-americanas, inaugurou os imprecisos governos de coalizão onde as forças políticas dos partidos progressistas se pulverizam diante das alianças conservadoras, que dominam os espaços importantes da estrutura de poder. Se as redes sociais foram eficazes em impulsionar a criação de órgãos para fortificar o processo de integração regional no contexto da globalização, não foram eficientes em manter os canais de diálogos com os governos. A virada conservadora na América Latina, ao afetar o Brasil e a Argentina, fechará a oportunidade de instituir uma integração continental sob o signo da democracia e do respeito aos direitos humanos e a natureza, em uma única área de livre comércio, sem a participação dos EUA. As experiências de integração sub-regional poderão ser desmobilizadas e ficarão à deriva ou serão instrumentalizados pelas forças econômicas conservadoras.

Há um volume considerável de pesquisas sobre a globalização e seus efeitos negativos sobre o processo de integração regional. A importância das redes sociais nacionais, regionais, internacionais e transnacionais possibilita-nos propor uma agenda de pesquisa que considere casos empíricos. Novas abordagens provocam debates entre especialistas e isso enriquece a teoria das redes sociais coletivas e seu papel na integração regional. O cenário composto pelo sistema-mundo está em constante mudança e Wallerstein estimula experimentar a abordagem relacional¹⁴ e explorar novos campos epistemológicos.

Bibliografía

Abers, R.; Von Bülow, M (2011): “Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?”, *Sociologias*, Ano 13, N° 28, pp. 52-84.

Alonso, A. (2009): “As teorias dos movimentos sociais: um Balanço do debate”, *Lua Nova*, N° 76, pp. 49-86.

Barros, F.L. (2011): “Redes e participação social em campos políticos da cooperação internacional – a experiência brasileira”, *Revista Sociedade e Estado*, Vol. 26, N° 2.

Campolina, A. (2004): *G20: origem, significados e implicações para a política comercial brasileira*. Dissertação de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Área de Concentração em Estudos Internacionais Comparados. Rio de Janeiro: Universidade

¹⁴ “Si se puede etiquetar de algún modo nuestro enfoque francamente sincrético, este tendría que llamarse «relacional», A la vez que reconocemos las contribuciones cruciales de racionalistas, culturalistas y estructuralistas (...).” (McAdam et al., 2005: XXIX).

Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Cardoso, E. (1989): “Hiperinflação na América Latina”, *Revista de Economia Política*, Vol. 9, N° 3.

Carmo, R.L.; Ojima, A.L.R.O.; Ojima, R.; Nascimento, T.T. (2007): “Água virtual, escassez e gestão: O Brasil como grande “exportador” de água”, *Ambiente & Sociedade*, Vol. X, N° 1, pp. 83-96.

Carneiro, F.L. (2014): “A parceria transpacífica: principais características e impactos sobre a regulação do comércio mundial”, *Boletim de Economia e Política Internacional*, N° 18.

Castells, M. (2005): *A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política*, in *A Sociedade em Rede: Do Conhecimento à Acção Política*. Conferência promovida pelo Presidente da República, Centro Cultural de Belém.

Ceceña, A.E. (2005): “Estratégias de construção de uma hegemonia sem limites”, en: Ceceña, A. E. (comp.) *Hegemonias e emancipações no século XXI*, Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, pp. 35-57.

_____ (2014): *La dominación de espectro completo sobre América*. Acceso: <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=180149>

_____ (2014): “Los golpes de espectro completo”, *América Latina en Movimiento*, N° 495. Disponible en: <http://www.alainet.org/es/active/73900>

Dobb, M. (1983): *A evolução do capitalismo*, Edição Abril Cultural.

_____ (1977): “Uma réplica”, en: Sweezy (et al.), *A Transição do feudalismo para o Capitalismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Jasper, J.M. (2012): “¿De la estructura a la acción? La teoría de los movimientos sociales después de los grandes paradigmas”, *Sociológica*, Año 27, N° 75, pp. 7-48.

Jelin, E. (2003): *La escala de la acción de los movimientos sociales*. In *Más allá de la nación: las escalas múltiples de los movimientos sociales*, Buenos Aires, Libros del Zorzal.

Giraldo, J. (2010): *Fusil o toga, toga o fusil: El Estado contra la Comunidad de Paz de San José de Apartadó*, Bogota, Editorial Codice.

Gramsci, A. (1999): *Cuadernos de la Cárcel*. Tomo 1 - Cuadernos 1 (XVI) 1929-1930 y 2 (XXIV) 1929-1933. Edición crítica del Instituto Gramsci, Puebla, Universidade Autônoma de Puebla.

McAdam, D.; Tarrow, S. (2011): “Movimentos Sociais e Eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação.”, *Sociologias*, Ano 13, N° 28, pp. 18-51.

Marangoni, G. (2012): *Anos 1980, década perdida ou ganha?*, IPEA, Año 9, Edição 72.

Martens, L. (1992): “Balanço do colapso da União Soviética: Sobre as causas de uma traição e as tarefas futuras dos comunistas”, *Para a História do Socialismo*, disponible en: www.hist-socialismo.net

Martins, C.E. (2011): *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*, São Paulo, Boitempo.

McAdam, D.; Tarrow, S.; Tilly, C. (2005): *Dinámica de la contienda política*, Hacer Editorial.

McAdam, D.; Tarrow, S. (2011): “Movimentos Sociais e Eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação”, *Sociologias*, Ano 13, N° 28, pp. 18-51.

Merleau-Ponty, M. (1999): *Fenomenologia da percepção*, São Paulo, Martins Fontes.

Mignolo, W.D. (2007): “El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura: un manifiesto y un caso”, en Castro-Gómez, S.; Grosfoguel, R. (comps.), *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*, Bogotá, Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.

Mohamadieh, K. (2015): “Os fundos abutres sangram a economia dos países pobres”, Other News, disponible en: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Os-fundos-abutres-sangram-a-economia-dos-paises-pobres/7/33232>

Nogueira, P.B. (1994): “O consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos”, en Barbosa Lima Sobrinho e outros autores, *Em Defesa do Interesse Nacional: Desinformação e Alienação do Patrimônio Público*, São Paulo: Paz e Terra.

Novion, J. (2011): *Las últimas Fronteras del Sistema Capitalista: hegemonia, Integración económica y Seguridad em las Américas. Amazonia y el futuro en cuestión*. Tesis de Doctorado en Estudios Latinoamericanos, Universidad Nacional Autónoma de México.

Nunes, J.A. (2009): “O resgate da epistemologia”, en Sousa Santos, Boaventura de y Meneses, Maria de Paula (orgs.), *Epistemologias do Sul*, Ed. Almedina.

Preciado, J. (2008): “América Latina no sistema-mundo - questionamentos e alianças centro-periferia”, *Caderno CRH*, Vol. 21, N° 53, pp. 253-268.

Rangel, Lúcia Helena (coord.) (2014): *Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil Dados de 2014*, Publicação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Rangel, L.H.; Liebgott, R.A. (2014): “Governo federal e o fomento às violências aos direitos indígenas”, *Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil Dados de 2014*, Publicação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Sader, E. (2005): “Hegemonia e contra-hegemonia”, en Ceceña, A. E. (comp.), *Hegemonias e emancipações no século XXI*, Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, pp. 15-35.

Tarrow, S. (1997): *El poder en movimiento: Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política*, Madrid, Alianza Editorial.

Tilly, C. (1977): *From mobilization to revolution*, University of Michigan.

Vianna Jr, A. (org) (1998): *As Estratégias dos Bancos Multilaterais*, Brasília, Rede Brasil.

Von Bülow, M. (2009): “Sociedade civil e negociações comerciais: A construção de um novo campo de ação nas Américas”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N° 86.

_____ (2008): “Transnational Collective Action and Regional Integration: the dynamics of civil society networks”, *Globalization Studies Network (GSN) Conference*, Waterloo, Canada.

Von Bulow, M. (2009): “Atores não-estatais e os Estudos Internacionais na América Latina: do casillero vacío às redes transnacionais”, en Jaramillo, G. (comp.), *Relaciones Internacionales: los Nuevos Horizontes*, Quito, FLACSO.

_____ (2010): “Brokers in Action: Transnational Coalitions and Trade Agreements in the Americas”, *Congress of the Latin American Studies Association*, Toronto.

Wallerstein, I. (1976): *Modern World-System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*, New York, Academic Press.